

A GEOGRAFIA E O ?NOVO? ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE CURRICULAR

GÃŠNESIS DE SOUZA CHAGAS ¹

RESUMO

A presente pesquisa tem como principal objetivo realizar uma análise da Geografia dentro da nova base curricular para o Ensino Médio, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), sendo um documento de caráter normativo, que traz a nova composição curricular da Reforma do Ensino Médio estabelecida na Medida Provisória nº746 de 2016, estabelecendo uma comparação entre a estrutura curricular presente na BNCC e as que constam nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006, com a finalidade de identificar as principais modificações ocorridas e suas implicações para o Ensino de Geografia no Ensino Médio. A Reforma do Ensino Médio trouxe profundas mudanças para as disciplinas da área de Ciências Humanas, como a Geografia, História, Filosofia e Sociologia, considerando que as mesmas não irão mais constituir como componente curricular obrigatório, estas encontram-se reunidas na BNCC dentro da área de conhecimento Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, desconsiderando totalmente as especificidades que estas disciplinas possuem, conforme ressaltado por SIMÕES (2017) isso contribui ainda mais para desvalorização dessas ciências. As implicações da Reforma do Ensino Médio e a composição da nova base curricular para a Geografia vem sendo intensamente debatida e analisada por diversos autores, destacamos MOTTA e FRIGOTTO (2017) que traz uma reflexão crítica acerca dos motivos para uma urgência em uma reforma do Ensino Médio, e suas implicações para a disciplina de Geografia, assim como PIRES (2017) averigua o estabelecimento da BNCC e as mudanças no Ensino Médio. Para a elaboração foram necessários inicialmente realizar o levantamento bibliográfico a fim de construir a abordagem teórica-conceitual em relação a Geografia enquanto componente curricular na Educação Básica, e a busca de autores que fizeram uma análise crítica em relação a Reforma do Ensino Médio e da BNCC. Posteriormente, foi realizada uma análise comparativa entre as Orientações Curriculares para o Ensino Médio de 2006 e a reforma curricular que consta na BNCC para o Ensino Médio, sistematizando as principais informações, como uma forma de identificar as principais alterações e implicações para a geografia escolar nesta etapa final do ensino básico. O estudo dos dois documentos revelam a priori que é difícil realizar, sob a perspectiva da Geografia, uma comparação significativa entre ambos, uma vez que o novo documento desconsidera a geografia escolar enquanto componente curricular obrigatório e área de saber com suas especificidades,

linguagens, códigos, etc. Enquanto no primeiro percebe-se uma subdivisão clara sobre as quatro disciplinas (Geografia, História, Sociologia e Filosofia) na Área de Conhecimento das Ciências Humanas e suas Tecnologias, garantindo a cada uma destas ciências práticas particulares e a sua devida atenção como componente único. Os conceitos básicos da Geografia - espaço e tempo, sociedade, lugar, paisagem, região, território - que aparecem explicitamente nas Orientações Curriculares junto com suas devidas "articulações", reforçando as "competências e habilidades" da ciência geográfica, demonstram uma elaboração de documento minimamente atento e relacionado com a geografia escolar satisfatória. Já na BNCC as "competências e habilidades" das ciências sociais não são separadas por componentes curriculares distintos, demonstrando uma elaboração de documento rasa, que não contempla a geografia escolar na sua especificidade, pois não difere as análises geográficas das históricas, sociológicas e filosóficas, fazendo com que as competências que são estritamente geográficas apareçam pulverizadas de forma reducionista. É necessário considerar que cada um dos componentes guarda consigo caminhos teóricos-metodológicos e epistêmicos, como resultado da evolução da ciência moderna ao longo do tempo, isto é, cada qual com seu aporte de conceitos e categorias oriundos de seu respectivo campo intelectual, conforme descrito por Simões (2017). Este trabalho tem como objetivo destrinchar a atual reforma do ensino médio, a fim de compreender em que consiste a lógica que ampara tal ação por parte do Estado, tendo em vista a desvalorização do papel das Ciências Humanas e de seu potencial pedagógico enquanto ferramenta de formação e transformação de sujeitos na contemporaneidade, além de pôr em xeque o seu lugar de relevância no processo de escolarização. Tais medidas, ao desconsiderarem o papel da Geografia na formação humana e educacional, ao longo dos processos de sua implementação, representam uma ameaça à ciência geográfica e ao ofício da docência nesta área. Entretanto, não basta constatar que tais medidas representam uma ameaça, é preciso entender e esmiuçar como esta atingirá tanto a comunidade docente como a discente das escolas de nível médio, tentando entender assim os verdadeiros impactos da reforma. Portanto, parte-se de uma base de análise que prevê a desvalorização da licenciatura em geografia, uma vez que sua não garantia como componente curricular obrigatório implica na não garantia do profissional deste componente, sendo que a problemática fica mais acirrada quando correlacionamos com o fato da reforma do ensino médio começar a considerar profissionais de notório saber como figuras aptas a exercer a função que outrora cabia somente a quem possuía a licenciatura. Também se justifica a importância das análises desta sobre a comunidade discente, que tende a ter cada vez formação menos sólida, pois menos preparada em geografia escolar durante o ensino médio, e isso é temerário, uma vez que se considera a importância do saber geográfico no preparo para o exercício da cidadania do educando, ajudando-o também a se conceber no mundo como agente formador e modificador de sua realidade e do espaço geográfico no qual ela faz parte.

Referências BRASIL. Orientações Curriculares Nacionais: Ciências Humanas e suas

tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2006. BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: Ministério da Educação, 2016. MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da Reforma do Ensino Médio? Medida provisória nº746/2016 Lei nº13.415/2017. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 139, p.355-372, jun. 2017. PIRES, Lucineide Mendes. Políticas Educacionais e curriculares em curso no Brasil: A Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC). In: VALADÃO, Roberto Célio et al. Conhecimentos de Geografia: percurso de formação docente e práticas na educação básica. Belo Horizonte: IGC, 2017. p. 232-260. SIMÕES, Willian. O lugar das Ciências Humanas na "reforma" do ensino médio. Revista Retratos da Escola, v. 11, n. 20, p.45-59, jun. 2017.

Palavras-chave: .

¹,;